

003ª Audiência Pública 01AGO2012

Pauta: Debater o Projeto de Lei do Executivo que institui o Plano de Incentivo para as transferências de potencial do construtivo dos imóveis atingidos pelas obras viárias necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luís Espíndola Lopes): (19h05min) (Falha na gravação.) ...o Sr. Ricardo Gothe, Secretário do Planejamento Municipal; convidamos também o Sr. Cezar Busatto, Secretário Municipal de Coordenação Política e Governança Local. Prestigiam esta solenidade os Srs. Vereadores João Antonio Dib, Nelcir Tessaro, Engenheiro Comassetto; o Eng. Sergio Brum, representante da Câmara de Engenharia Civil, do CREA; demais representantes de associações e entidades de classe.

O Sr. Mauro Zacher, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, está com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Boa noite a todos, muito obrigado pela presença na Audiência Pública com objetivo de debater o PLCE nº 007/12, que institui o plano de incentivo para transferência de potencial construtivo dos imóveis atingidos pelas obras viárias necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014. Eu quero, de imediato, abrir dez inscrições; podem-se dirigir aqui ao lado, com o Sandro, pessoas ou instituições que queiram se manifestar. Serão dez inscrições com o tempo de cinco minutos para cada um. Também teremos, no pronunciamento inicial das autoridades, dez minutos para representante do requerente e dez minutos para as autoridades, conforme está estabelecido no Regimento. Eu sugiro aos Vereadores que façam suas intervenções de maneira intercalada aos pronunciamentos da comunidade, também com 5 minutos para cada Vereador ou Vereadora. O encerramento terá ainda mais dez minutos para as considerações finais do requerente e das autoridades. O Sr. Roberto Bertoncini, Secretário Municipal da Fazenda, está com a palavra.

O SR. ROBERTO BERTONCINI: Sr. Presidente, boa noite; meus colegas de secretariado, Ricardo Gothe, Cezar Busatto; Srs. Vereadores, senhoras e senhores,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública 01AGO2012

Pauta: Debater o Projeto de Lei do Executivo que institui o Plano de Incentivo para as transferências de potencial do construtivo dos imóveis atingidos pelas obras viárias necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014.

representantes, Conselheiros do Plano Diretor, o nosso intuito hoje é de apresentar este Projeto de Lei Complementar, que trata basicamente de três coisas: primeiro, autoriza a transferência de potencial construtivo nas hipóteses de desapropriação de imóveis que serão utilizados para que nós possamos realizar as obras da Copa, para a construção dos BRTs, das estações e para a implantação do Metrô em Porto Alegre.

O outro ponto que eu destaco do Projeto de Lei diz respeito à venda de índices construtivos, alienação de índices, mediante leilão, como um instrumento de política urbana e de obtenção de recursos para a realização dessas obras que a Cidade tanto precisa.

E o terceiro ponto que eu destaco é a criação do Fundo Copa 2014, para onde serão carregados os recursos decorrentes da Alienação dos Índices Construtivos. Esse Fundo será gerido pelos titulares da Secretaria da Fazenda, da Procuradoria Geral do Município, do Gabinete de Planejamento Estratégico – representando o Gabinete do Prefeito –, pelo Secretário da Secretaria Especial da Copa, pelo Secretário de Planejamento, e pelo Secretário titular da Secretaria de Gestão e Acompanhamento Estratégico.

Como eu havia dito, esse Projeto de Lei busca autorização da Câmara para que a gente possa, utilizando um instrumento previsto no Estatuto das Cidades, obter recursos que assegurarão o desenvolvimento da Cidade. Esses recursos serão utilizados naquelas obras que fazem parte da matriz de responsabilidade da Copa 2014, qual seja, na melhoria da situação urbana, com construção de parques, praças, construção de passeios, ciclovias, de tal forma que a nossa Cidade seja contemplada com equipamentos urbanos de maior qualidade, que a gente possa dar um salto qualitativo de grande expressão num curto período de tempo.

Os BRTs, como um sistema de transporte, por meio de ônibus que vão circular em canaletas construídas especificamente para esses veículos, vão permitir a redução drástica do número de ônibus circulando pela Cidade, vão permitir a redução do número de veículos, porque, com um sistema moderno, confortável, efetivamente avançado, nós temos certeza que o maior número de usuários, que hoje acabam se deslocando com veículo particular, passarão a utilizar os BRTs, os ônibus do nosso sistema de trânsito rápido.

A aplicação dos recursos, então, vai ser para habitação, projetos de habitação de áreas atingidas – um exemplo é a Av. Tronco -; mobilidade urbana – todas essas obras da 3ª Perimetral, da própria Av. Tronco, da Av. Edvaldo Pereira Paiva, do Complexo da Rodoviária, enfim aquilo que nós contratamos com o Governo Federal para o financiamento; infraestrutura de saneamento, como eu disse; e construção de áreas verdes e ciclovias.

Eu destaco aqui que o Projeto de Lei não mexe no Plano Diretor. Ele, de forma nenhuma, produz qualquer alteração no Plano Diretor. Na Transferência de Potencial Construtivo, os proprietários que serão desapropriados, que serão expropriados, poderão utilizar esses seus índices, receber esses seus índices sem que haja alteração nenhuma no Anexo 6 do Plano Diretor. Os limites estabelecidos são aqueles fixados pelo Plano.

No Solo Criado, nós vamos colocar à disposição dos empreendedores um instrumento moderno, um ativo que a Cidade tem, para que a gente possa arrecadar recursos e cobrir essas despesas.

O adensamento não será afetado, nós não vamos mexer nele. O limite estabelecido no Plano Diretor será respeitado. Mais: vai haver um monitoramento da Secretaria de Planejamento Municipal que vai determinar onde pode haver ou não a utilização desses índices de tal forma que áreas já saturadas não poderão receber investimentos com a utilização desses índices.

A transferência do potencial construtivo é um case de sucesso que foi adotado por Porto Alegre quando da construção da 3ª Perimetral em que as negociações administrativas – nós vamos ver mais adiante que nós estamos dando estímulo para que essas negociações administrativas aconteçam – ultrapassaram 60% das negociações. Nós vamos ver as vantagens que há com esse tipo de instrumento e por que ele é tão importante, neste momento, para o Município.

Como eu havia dito, o incentivo que vamos oferecer para aqueles proprietários que aceitarem negociar administrativamente conosco recebendo índices é um incentivo de 20% sobre o valor do total da área desapropriada. Então alguém que tem uma área de cem metros desapropriados vai receber 120 metros quadrados de índice que poderá utilizar em diversas regiões. Observado, claro, o limite imposto pelo Plano Diretor e a análise da Secretaria de Planejamento quanto à saturação ou não da área.

Esse bônus de 20% será assegurado para aqueles proprietários que aceitarem a proposta do Município dentro dos primeiros 30 dias, a partir da notificação, para que seja feita a negociação. Esse bônus cai para 10% se a adesão à proposta do Município ocorrer do 31º ao 60º dia. Depois desse prazo será um por um. Tem cem metros quadrados, vai poder receber cem metros quadrados de índice.

Os índices poderão ser utilizados em toda as macrozonas da Cidade, como eu disse, exceto aquelas que estão saturadas, e obedecerão a critérios de equivalência previstos na Lei nº 315.

Na venda de índices no solo criado, nós temos uma proposta do Executivo para autorização da realização de leilões em que nós ofertaremos aos empreendedores da Cidade esse instrumento.

Esses índices estarão desvinculados da necessidade de ter projeto aprovado. Isso tem como lógica o fato de que eles poderão ser aplicados num prazo de dez anos da sua aquisição no leilão. Ora, um prazo de dez anos, como nós poderíamos exigir a vinculação a projetos aprovados se muitos empreendedores sequer terão projetos quando da aquisição do instrumento?

Como eu havia dito, o último item que eu destaco é a criação do Funcopa, cujos recursos obtidos por esses meios serão carreados e serão utilizados para a execução dessas obras vinculadas ao objeto descrito no Projeto de Lei – obras da Copa, BRTs e metrô de Porto Alegre.

Quais as vantagens que nós vemos nesse Projeto de Lei? Uma primeira vantagem é que já é um instrumento testado e aprovado pela Cidade, como foi – eu já havia dito – o case da 3ª Perimetral. O que foi feito na 3ª Perimetral foi, indiscutivelmente, um grande sucesso, tanto no que se refere à política de urbanismo da Cidade quanto no que se refere à proteção das contas do Município, à proteção da situação financeira do Município, que precisou desembolsar menos recursos para obter o resultado que obteve.

Como eu disse, teremos um incentivo à negociação administrativa, e isso encurta prazos e barateia a desapropriação, libera canteiro de obra. Porque numa desapropriação judicial, em que precisamos uma ação judicial, precisamos fazer um depósito, pedir que o juiz conceda a emissão da posse, isso tudo leva tempo, demora e traz riscos enormes para o Município, como eu vou demonstrar para os senhores, no que se refere à matéria

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública 01AGO2012

Pauta: Debater o Projeto de Lei do Executivo que institui o Plano de Incentivo para as transferências de potencial do construtivo dos imóveis atingidos pelas obras viárias necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014.

financeira. Por exemplo, uma desapropriação judicial em que o imóvel avaliado pelo Município, a R\$ 20,00 o metro quadrado, lá no Judiciário; ao final da discussão judicial sobre o valor, nós podemos ter esse imóvel, por peritagem determinada pelo juiz, com valor fixado a R\$ 30,00 ou R\$ 40,00, num custo muito superior àquele que caberia ao Município se a negociação tivesse sido por índice, de forma administrativa.

Reduz desembolso financeiro – parece que isso eu já esclareci – e trata de forma idêntica os proprietários atingidos por obras viárias. Promove a justa distribuição dos ônus e dos bônus do processo de implantação das obras. Garante a aplicação dos recursos que nós vamos receber por meio dos leilões nas áreas que deram origem a esses índices e permite honrar as indenizações e custas administrativas e judiciais, que os financiamentos não permitem. Então, despesas com desapropriação, despesas com custas judiciais – para isso não temos financiamento; isso tem que ser feito com caixa do Município, com recurso próprio do Município. Nós vamos ter como estratégia a priorização das negociações administrativas e vamos fazer os leilões de índice, havendo a aprovação do Projeto de Lei, conforme a necessidade de recurso financeiro do Município.

Basicamente é este o trabalho que eu trago aos senhores. Aqui são ilustrações das principais obras, que nós vamos utilizar os recursos obtidos por meio da alienação de índices e das desapropriações que vamos fazer. Duplicação da Av. Tronco, com melhoria da qualidade de vida para a população. São em torno de 1.400 famílias que precisam ser realocadas por conta da necessidade de realização da obra. Vamos ter construção de ciclovia. Vamos ter um ambiente urbano de muito melhor qualidade; então, a utilização de uma política de modernização urbanística. Vamos ter economia na utilização de veículos, vamos ter menor impacto ambiental com a menor utilização de veículos particulares nos deslocamentos das pessoas e por meio de equipamentos de transporte coletivo mais modernos. A duplicação da Av. Edvaldo Pereira Paiva vai trazer mais fluidez para o trânsito, vai trazer segurança para as pessoas, vamos ter uma ciclovia. Nós sabemos dos acidentes que houve naquela via por ser uma via que precisa ser completada, ela não foi completada, então, os ciclistas acabavam usando o leito da pista para se deslocar. Nós vamos ter ciclovia, vamos ter passeio, vamos ter toda uma infraestrutura que vai permitir uma melhora substancial da qualidade de vida na Cidade. O viaduto que vai ser construído ligando a Av. Pinheiro Borda com a Av. Edvaldo Pereira Paiva também vai dar

muito mais fluidez, encurtando o tempo de viagem, de deslocamento das pessoas para o centro de Porto Alegre.

A duplicação da Rua Voluntários da Pátria, sem dúvida, é uma das obras mais complexas que vamos enfrentar nesse período, porque é uma região já consolidada há muitos anos, uma região com bastante complexidade do ponto de vista jurídico-institucional para fazermos as desapropriações em virtude da existência de enfiteuses e outros instrumentos que ainda há naquela região. A transferência do potencial construtivo, sem dúvida, vai nos facilitar em muito para que possamos acelerar essas obras, sem falar na importância do deslocamento para a Arena do Grêmio, que vai ser concluída até novembro, quando vamos ter a inauguração, não é Secretário Ricardo?

As cinco obras da Perimetral, quem passa naquela região sabe das dificuldades existentes no cruzamento da Plínio com a Dom Pedro, com a Carlos Gomes, o cruzamento, também, da Bento Gonçalves com a Aparício Borges, aquilo realmente é um problema grave, crônico no que se refere à mobilidade urbana. Nós temos ali duas universidades próximas, a PUC e a Universidade Federal, um pouco mais adiante, com grande fluxo de carros, temos quartéis do Exército Brasileiro localizado naquela região. Então, realmente, é um nó de grande importância que podemos solucionar.

A passagem de nível da Ceará, a passagem de nível da Cristóvão e da Anita. Todas as obras, inclusive, já previstas há bastante tempo, e que, com esses recursos, nós vamos ter a garantia de que vamos realizá-las sem comprometer o futuro de Porto Alegre no que se refere à gestão fiscal.

Isso é o que eu gostaria de destacar para os senhores, a importância desse projeto para as gerações futuras de Porto Alegre, para os futuros governos no que se refere à manutenção do equilíbrio fiscal e da saúde financeira do Município, porque a assunção desse complexo de obras traz para nós encargos bastante pesados, mas esses recursos virão, com certeza, em benefício da Cidade, para que a gente possa executar as obras no menor espaço de tempo e com o menor custo para a Cidade. Tem mais alguma coisa? (Pausa.)

O complexo da rodoviária também, todos passam por ali, eu não preciso falar para os senhores da importância disso, o famoso “x” que vai ser resolvido, com a construção de um viaduto ligando a Júlio de Castilhos à Castelo Branco, e a mudança do local onde

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública 01AGO2012

Pauta: Debater o Projeto de Lei do Executivo que institui o Plano de Incentivo para as transferências de potencial do construtivo dos imóveis atingidos pelas obras viárias necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014.

ficam hoje os pontos de ônibus das linhas da Cidade que passam pela rodoviária. O corredor de ônibus, já havia referido como isso traz ganhos em termos de qualidade de vida e economia. E a Severo Dullius, que melhora em muito a circulação na região do aeroporto. Acho que é isso. (Pausa.) Ah, faltou falar do metrô! A gente está trabalhando com afinco junto ao Governo Federal para as definições quanto à modelagem financeira, é uma aspiração de Porto Alegre de longa data. E a sua realização também libera recursos para que a gente possa fazer obras de BRT que não foram previstas originalmente. Nós estamos avançando para fazer toda essa interligação da João Pessoa com a Padre Cacique, via Borges de Medeiros. Era isso, Sr. Presidente, o que nós tínhamos para apresentar e ficamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Secretário Bertoncini. Eu consulto se o requerente, Ver. Beto Moesch, usará a palavra neste momento. (Pausa.) Passa a ordem. O Sr. Arno Cláudio Trapp, Conselheiro suplente do Plano Diretor, está com a palavra.

O SR. ARNO CLÁUDIO TRAPP: Boa noite, eu sou Conselheiro suplente da RP 6 no CMDUA, que pauta a sua atuação em função de uma coisa que foi trabalhada durante cinco anos e que resultou neste trabalho aqui. Neste trabalho tem uma série de atribuições que, infelizmente, nesse caso, foram atropeladas. Mas não vou falar nisso. Vamos, conceitualmente... Obras da Copa, trazendo um bom legado para Porto Alegre, são importantíssimas que sejam concretizadas e sirvam para a Cidade como um todo. Acompanhei com toda a atenção a palavra do orador anterior e faria só uma complementação para efeito de precisão de linguagem. Transferência de potencial construtivo é algo que já está sendo usado em vários lugares. O exemplo da Perimetral foi sintomático, mas a aquisição e a comercialização de índice construtivo também têm emblemática a venda de índice pela igreja, a Catedral. Ou seja, o valor é comercializado; o que eu posso construir em bem tombado, eu posso vender, se transforma em moeda de troca. Outro: transferência de potencial construtivo, que, infelizmente, na Cidade, não é usado, é para efeito de criação de unidades de conservação.

Mas vamos para o Projeto de Lei. Eu gostaria de fazer alguns comentários no sentido construtivo, porque, como Conselheiro, eu tento entender alguma coisa do que se fala.

Tem o que se chama de monitoramento da densificação. É um instrumento que é previsto pelo Plano Diretor, está muito bem-posto na lei, mas, na atuação no CMDUA, eu não vi evidência de que haja um sistema montado que funcione adequadamente nesse sentido. Então, eu acho que seria conveniente dar uma olhada, na prática, como isso acontece. Isso teve uma evidência, por exemplo, quando se teve uma aprovação de um termo de referência na Região 8, que é o Alphaville 2, a gente tentou ter informações sobre o que tinha sido aprovado na Região Sul. Nós não conseguimos, porque, de acordo com as informações fornecidas naquela ocasião, o sistema montado na SPM não permitia tirar esses valores, essas informações rápidas. Com relação ao art. 8º, o Município de Porto Alegre fica autorizado a alienar 279.433 metros quadrados, independente do fato da atribuição de que o estoque de material construtivo ter que ser aprovado pelo CMDUA, de acordo com isso aqui. Nós não temos informação, acho que convém dar uma olhada na origem desses 279.433 metros quadrados. Com relação ao art. 10, tem uma coisa que se chama Valor de Referência – e vou fazer um pequeno parêntese de conceito, do ponto de vista pessoal: eu acho que os terrenos na Cidade têm um determinado valor. Esse valor se chama valor de mercado e seria usado, pela lógica, para estabelecer o imposto territorial; ele seria usado também para desapropriar terrenos normalmente, sem incentivos. Isso é o valor de mercado. Esse valor de mercado é normalmente estabelecido por avaliação local. Esse mesmo valor seria, no meu entender, usado pela Prefeitura na hora de vender esse solo criado, mas aí tem um problema: na venda do solo criado, esse valor é reduzido pelo índice de aproveitamento. Por exemplo, se o índice de aproveitamento em um lugar é 2,4, a gente paga para desapropriar um valor “x”, mas, na hora de vender, divide esse valor por 2,4.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Sr. Arno, o seu tempo já se esgotou. Conclua, por favor.

O SR. ARNO CLÁUDIO TRAPP: Eu estou tentando falar rápida e objetivamente. Então, acho que deveríamos nos aprofundar nisso aqui para saber o que realmente significa o valor máximo de índice de solo criado de cada macrozona vigente aprovado pelo CMDUA, porque o que o CMDUA aprovou são valores de solos criados reduzidos por

metade, por 2, por 1,9 e definidos, não em nível de macrozona, mas em nível de quarteirão.

Uma coisa também que eu tenho dúvidas: a venda de solos tem várias finalidades, e uma delas, de acordo com a Lei aprovada aqui, é para a Habitação de Interesse Social. Eu não vou entrar no mérito disso, mas acho que, eventualmente, temos que dar uma olhada nisso.

Uma coisa que eu também não entendi: isso é precisão de linguagem. Na hora em que eu desaproprio determinadas quantidades de metros quadrados na Tristeza, por exemplo, eu pago um determinado valor, e esse valor representa determinados metros quadrados que eu vou transferir para outro lugar, considerando o valor do lugar que está recebendo isso aqui; não é uma transferência pura e simples: eu compro 100 metros quadrados na Tristeza e aplico 100 metros quadrados na Bela Vista, por exemplo. Isso é uma questão de precisão de linguagem para entendimento. Eu teria muito mais, mas é só para começar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Sr. Arno. O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Cumprimentando o nosso Presidente, cumprimento a Mesa e todos os que estão participando desta Audiência Pública em função deste Projeto.

Hoje à tarde, fizemos um debate, aqui na Câmara, e tive a oportunidade de vir a esta tribuna levantar um conjunto de questionamentos que existem sobre o Projeto. Primeiro, eu creio que o conceito do Solo Criado é um instrumento já instituído e que serve, na sua essência, para se construir cidades. Neste caso em que trabalha na transferência muito grande de índices, eu creio que o Projeto que veio à Casa carece de apresentar uma diretriz sob o ponto de vista de como construir cidade com este Projeto, porque nós estamos transferindo índices de uma região e colocando esses índices como índices curingas para toda a Cidade. Eu gostaria muito de debater aqui o conceito de cidade, que nós pudéssemos construir os centros de bairro, que os centros de bairro pudessem ser fortalecidos com essas transferências de índices, e aí é uma discussão conceitual

mesmo, o que o Projeto não traz. Inclusive, eu e o Ver. João Antonio Dib encaminhamos uma sugestão nesse sentido, hoje, e havia um entendimento de que isso não é possível. Eu creio que este tema, nós podemos, sim... Porque o Solo Criado é um instrumento do planejamento, é um instrumento conceituado no Plano Diretor, e nós podemos ainda fazer essa discussão e trabalhar. Portanto, eu vejo que essa é uma das oportunidades que nós estamos perdendo com este tema.

Segundo: é verdade que, na 3ª Perimetral, foi utilizado... Na época, o Prefeito era o Raul Pont. Surgiu a Lei nº 409, e essa Lei nº 409 já apresenta algumas questões que se repetem agora, que creio que têm problema, entre eles, um exemplo: na Lei nº 409, já foi permitido e já se deu 10% de índice em função da construção do viaduto da 3ª Perimetral sobre a Bento, sobre a Cristóvão, na Plínio e na Anita. E, neste Projeto, não aparece nada; se revoga aquilo, se incorpora. Então, se vai ter mais 20 sobre 10, esses ganham 30, e os outros, que não estão, ganham 20? No Projeto, não aparece isso. Pelo menos, não identifiquei isso. Acho que isso é uma falha do Projeto sob o ponto de vista da análise.

Segunda questão: essa Lei Complementar diz que quem adquirir nos 30 dias ganha 20%, e quem passar dos 30 dias, reduzir-se-á em 10%. Então, é um erro na Lei, porque, se vai reduzir 10% sobre 20%, não vai reduzir 10%: vai reduzir 2%. Então, esse é um equívoco do Projeto que se apresenta aqui e que identificamos.

Outro problema que apresenta o Projeto: está se gerando índice para colocar no mercado – e aqui eu considero que é outro erro conceitual – e quando se trata da linha do metrô, o metrô vai enterrado. Bom, e a vida continua na superfície. Se nós estamos tirando índices dessas regiões para colocar para outras regiões da Cidade, nós estamos desconcentrando a população na linha do metrô. E eu creio que nós deveríamos fazer exatamente o inverso, em todas as estações do metrô, haver, num raio de aproximadamente 300m, 500m, haver uma concentração da população ali, para que pudéssemos constituir o que chamamos os centros de bairro em torno das estações. Então, eu vejo que esta é uma outra carência conceitual do projeto como ele é apresentado. Se nós temos a linha do metrô, que vai pegar lá perto da FIERGS, em cada estação dessas, nós não temos que tirar o índice, nós temos é que oportunizar que os índices se concentrem ali, para que ali haja altura, densidade, para que ali se instalassem

as questões comerciais, para que ali haja os temas de saúde, de educação e assim por diante. Eu vejo que é outro problema que o projeto apresenta. E tudo isso eu estou falando porque, do meu ponto de vista...

Por último, o que o projeto apresenta? Cria mais um fundo, que é o Fundo Copa. Mas já existe um fundo criado por nós, que é o FMP, Fundo Municipal de Planejamento, que diz que 85% desses recursos têm que ser destinados para habitação de interesse social e 15% para estruturar o planejamento. Por que vamos criar mais um fundo, se já existe esse fundo? E esse fundo hoje é um verdadeiro fundo sem fundo, *vide* o Planejamento, e aqui está o Secretário Gothe. Não é uma questão pessoal, mas o nosso Planejamento está destruído, nós temos que reestruturar tudo isso. Se não direcionarmos esse recurso para poder potencializar o planejamento da Cidade, então é um outro – concluo dizendo isto – equívoco que considero que o projeto apresenta, ao criar um novo fundo e não aproveitar esse fundo já existente, que vai potencializar a habitação de interesse social e potencializar a questão de reestruturar o Planejamento, com o que todos nós concordamos, mas, na prática, isso não se efetiva. Foram alguns pontos que observamos rapidamente hoje, e concluo dizendo isso, teve que ser rapidamente, porque não tivemos o tempo de fazer os grandes debates na Casa sobre o projeto. Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Muito obrigado, Ver. Comassetto. O Sr. Roberto Jakubaszko está com a palavra.

O SR. ROBERTO JAKUBASZKO: Boa noite, sou Conselheiro da RP 1, do Conselho Municipal do Desenvolvimento Urbano e Ambiental. A minha preocupação inicial aqui – e diz respeito à grande discussão que a gente normalmente faz dentro do CMDUA, dentro das respectivas oito Regiões – é com o elemento tempo, que nos deixa preocupado em relação ao afogadilho. Esse tempo nos cria alguns transtornos, a gente não consegue debater isso com muito espaço no CMDUA. Na Região 1 de Planejamento, onde ocorre boa parte dessas obras, esse projeto não foi debatido, então a gente poderia ampliá-lo, debatê-lo, desgastá-lo; essa é a função dos movimentos, dos Conselhos, é ter esse suporte de informação, poder discutir para chegar numa audiência pública como hoje – que, lamentavelmente, tem meia dúzia de pessoas, um pouco mais, o ideal seria isto aqui

estar lotado hoje, aí seria bom, aí realmente seria um referendo: “Olha, aprovou, ou desaprovou”. Agora, com pouca gente, a gente fica meio... Eu só gostaria de fazer rápidos comentários. Primeiro, em relação ao elemento tempo: por que há mais tempo isso não está sendo discutido com os movimentos, com os Conselhos e, principalmente, com a Região de Planejamento do CDMUA? Há uma aí troca de cinco para dez anos, eu não estou bem informado, mas a informação que tenho era de que cinco anos e passou para dez. De alguma forma, eu gostaria que isso pudesse ser um pouco mais esclarecido. O Funcopa, o Vereador comentou, falou sobre isso: existe um fundo urbano, esse dinheiro não ficaria melhor alocado? Esta é uma preocupação que a gente debate também na RP 1: por que isso não vai para o fundo urbano? Ou para algum outro tipo de fundo, esse que o próprio Vereador comentou, esse fundo municipal? Por que esse dinheiro não vai para lá?

O que essencialmente solicito é mais tempo, se possível fosse, porque é lamentável a ausência do tempo. O Arno falou algo interessante agora sobre o Alphaville lá na RP 8, que seria em torno de 800 lotes, e passou para 2.200, 2.000 e alguma coisa. Esse aumento, isso tem contrapartida? Cadê a contrapartida disso? Aparece onde essa contrapartida de 800 para 2.000 e poucos lotes? Então, esse tipo de assunto, existem muito mais coisas aí que gostaríamos de discutir, porém, infelizmente, a falta de tempo.

E gostaria de, mais uma vez, realçar que ficamos muito preocupados com a ausência das pessoas numa Audiência Pública e, às vezes, em outras audiências, a Casa fica superlotada. Mas, essencialmente, é isso, a falta de tempo, esse afogadilho nos cria alguns problemas, o ano é eleitoral, sabemos disso, mas nos causa apreensão, porque estamos muito ocupados e, às vezes, acabamos não tendo muito tempo para debater. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulinho Rubem Berta): Muito obrigado, Jakubaszko. O Sr. Eduino de Mattos, Conselheiro do Plano Diretor, está com a palavra.

O SR. EDUINO DE MATTOS: Boa noite à Mesa, a todos os presentes, sou do Plano Diretor da Região 7 de Planejamento, que pega o Partenon e Lomba do Pinheiro.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública 01AGO2012

Pauta: Debater o Projeto de Lei do Executivo que institui o Plano de Incentivo para as transferências de potencial do construtivo dos imóveis atingidos pelas obras viárias necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014.

Sr. Presidente, eu não ia falar hoje aqui, porque já me desgastei um monte discutindo o Solo Criado, fui eu que movimentei a situação no CMDUA, porque ele estava com um valor defasado, seis anos. E aí eu protocolei um processo. Como o Conselho tem a prerrogativa de coordenar o Solo Criado junto com a Secretaria da Fazenda, foi promovida a discussão ainda com o Secretário Márcio Bins Ely, em que foram reformulados esses valores em 80%. Então, a Cidade estava perdendo um monte nessa questão do Solo Criado. Além de que o Solo Criado não foi determinado para a Lei do Comathab e o FMD, aos quais foi feita uma lei específica para que esse fundo fosse aplicado lá e fosse aplicado em Habitação de Interesse Social.

Mas eu me inscrevi, Presidente, por uma seguinte situação: que o Estatuto da Cidade, a Lei nº 257/01, determina – e não está acontecendo em Porto Alegre, porque o Plano Diretor está sendo patrolado – monitoramento. A grande região da Lomba do Pinheiro, agregada com a RP 6 e a RP 8, é uma verdadeira esbórnica aquilo lá. Não tem monitoramento, a EPTC vai para lá, ao invés de melhorar as vias, faz uma maquiagem relaxada lá, colocando quebra-molas e pintura nas ruas. Por que é que não coloca esses quebra-molas lá na Bela Vista? Na Lomba do Pinheiro, nós não queremos, nós queremos melhorias lá. E isso é monitoramento do Plano Diretor e não está acontecendo, está tudo extrapolado! Extrapolou Saúde, Educação, transporte coletivo, entre outras coisas que nós não temos lá, que é a área de lazer, nós não temos uma praça na Lomba do Pinheiro. Então, esse monitoramento teria que ser cumprido dentro do Plano Diretor, a lei diz isso, que tem de fazer o monitoramento quando há adensamento populacional em qualquer área. E isso é uma negação. Então, eu me inscrevi só para deixar registrada essa situação, e nós vamos continuar cobrando. Alphaville 2: foi assinado um documento entre três regiões solicitando ao CMDUA, ao Presidente, que parasse a discussão enquanto não fosse feito esse monitoramento na Zona Sul e Lomba do Pinheiro. Nós não fomos ouvidos! Esse documento foi protocolado, nós não fomos ouvidos e fomos patrolados nessa nossa posição – em nome da população, não em nosso nome, é lógico.

Então, eu gostaria que fosse colocado isso em Pauta, porque o monitoramento, no Plano Diretor, tem que ser cumprido, senão a Câmara de Vereadores também será cúmplice nesta situação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Sr. Eduino de Mattos, Conselheiro do Plano Diretor. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Boa noite, Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher. Cinco minutos são precisos, tempo que o Ver. Haroldo de Souza não me permitiu falar hoje no plenário, e encerrou a Sessão. Estamos voltando para o segundo semestre com temas bastante densos, e eu quero parabenizá-lo por chamar a Audiência Pública, porque acho que a gente tem que fazer o debate com a sociedade. Quero cumprimentar os Secretários e levanto as seguintes questões. Acho que é um instrumento de gestão que é possível e importante para o Município para poder fazer as obras, no sentido do primeiro aspecto da desapropriação e da indenização. Então, não tenho, em princípio, desacordo sobre o tema. Mas chamo a atenção para possíveis próprios, hoje privados, que eram públicos e foram cedidos, o que poderia acontecer aqui na Av. Edvaldo Pereira Paiva, na Av. Padre Cacique, onde houve doações de áreas públicas para a ADVB e para o Sport Club Internacional. Não sei se entram em áreas como essas, mas vejam, são áreas que já foram doadas sem nenhuma cobrança, e agora nós não temos razões pelas quais indenizar, e a mais, com 10%, com 20%. Eu queria chamar a atenção – não conheço especificamente o que está sendo atingido, mas sabemos que nessas regiões há áreas que eram públicas. Então, o correto seria a devolução. Inclusive, nós aprovamos o projeto aqui em relação ao Inter, que seria garantido o acesso pleno às áreas da Orla. Então, esse cuidado acho que deve se ter. Sobre este tema, mais especificamente sobre a novidade. E chamo também a atenção sobre o tema do tratado Sistema BRTs, eu sei que a Prefeitura foi precisando em função do metrô, mas é importante nós sabermos, afinal, qual é o traçado dos BRTs, eles vão chegar onde? É a primeira fase? Ou seja, qual a implicação desse Inciso II, qual o tamanho da implicação, qual é esse traçado, qual é esse mapa? Pode ser um problema de desconhecimento meu.

Mas sobre o índice construtivo, da venda de índice, eu tenho questionamentos. Eu também acho que nós aqui desviamos recursos de dois importantes investimentos. Nós já fizemos esse debate, o Secretário Márcio Bins Ely esteve nesta Casa intermediando, resistimos bastante sobre a retirada de uma parte do índice construtivo da habitação popular. Nós temos um problema seriíssimo de habitação popular nesta Cidade, e neste

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública 01AGO2012

Pauta: Debater o Projeto de Lei do Executivo que institui o Plano de Incentivo para as transferências de potencial do construtivo dos imóveis atingidos pelas obras viárias necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014.

caso, esses quase 300 mil metros quadrados, que serão disponibilizados a leilão, esse valor vai para obras da Copa, para um novo fundo. Eu tenho dúvidas, porque nunca tivemos tanto financiamento federal para as obras da Copa, que é um momento pontual. Nós não vamos fazer tudo na Cidade em função da Copa. Acho que a gente não está sendo rígido suficiente, por exemplo, com a OAS – eu tenho insistido muito nesse tema, porque, diferente do empreendimento do Internacional, que tem pouquíssimos incentivos públicos, alguns índices construtivos. A OAS tem, não é nem a Arena do Grêmio, vou repetir, porque acho que o Governo Municipal tem toda a condição de exigir o que está no Estudo de Impacto Ambiental, que a OAS realize a Av. A. J. Renner, que realize uma faixa da Av. Presidente Roosevelt, realize túnel, realize melhorias nas paradas. Isso está escrito ali e aprovado pela SMAM no processo de licenciamento do empreendimento da OAS; a Prefeitura está buscando recursos para fazer isso e não deveria. Então, se esse Fundo é para fazer medidas que deveriam ser mitigatórias, compensatórias, dos empreendimentos, eu não concordo, ainda mais que nós estamos desviando do Planejamento, que fala bem aqui o Ver. Comassetto, a cidade de Porto Alegre não consegue se projetar, não consegue nos mostrar qual é o impacto desses novos índices na Cidade, há uma dificuldade estrutural. Nós precisamos investir nisso e estamos retirando da moradia popular. E, por outro lado, não estamos cobrando. E eu volto a insistir, a Arena do Grêmio, os 1.700 apartamentos lá no bairro Humaitá e os 2.000 e não sei quantos aqui no Estádio Olímpico, o hotel e o centro de eventos, nada vai para o Grêmio. A Arena está sendo financiada pelo BNDES, R\$ 400,00 e poucos milhões. Então, a contrapartida do financiamento desse enorme empreendimento privado, que causará impacto enorme no trânsito lá e aqui, e não só no trânsito, no meio ambiente, etc., tem que ser cobrado do empreendimento. Esta é a minha divergência em relação a esse tema da disponibilização dos índices construtivos. Acho que nós temos recursos federais, obviamente que tem contrapartida municipal, a gente sabe que não há facilidades nessa vida, mas a gente tem uma grande demanda de moradia popular. Portanto, trocar uma pela outra, se tivermos que escolher, eu escolho recursos na moradia popular, porque as pessoas moram muito mal na periferia desta Cidade, em casas muito miseráveis, no esgoto, na fresta, no rato, na imundice. Então é muito sério esse tema e esta seria a minha prioridade. Por fim, no tema de índice construtivo também tenho dúvidas. Gostaria

de ouvir do Governo, porque foi levantado pelo Conselho do Plano Diretor, corretamente – e eu quero parabenizar vários participantes e ativistas –, sobre o tema do reajuste da atualização dos valores dos índices construtivos. Como isso está sendo monitorado e operado pela Prefeitura de Porto Alegre? Eu gostaria que eles adensassem menos o índice construtivo e pudessem resolver problemas sérios, como, por exemplo, a nossa Lei, votada na Câmara, do inventário dos bens culturais. Os índices construtivos desses bens culturais do Estado deveriam ser usados, disponibilizados para os proprietários, para preservar o seu bem imóvel, porque a gente estaria preservando o patrimônio cultural. Aí eu acho que tem que disponibilizar índice construtivo, Presidente. Então, eu trago mais esse tema para discutir com o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Ver.^a Sofia. O Ver. Beto Moesch, proponente, está com a palavra.

O SR. BETO MOESCH: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, na realidade eu vou contribuir muito pouco. Eu, justamente, pedi esta Audiência, porque entendo muito pouco do assunto, infelizmente. E procuro estudar e estudo o Plano Diretor há muito tempo. Não é da minha formação, eu sou advogado, e, como advogado, eu tenho dificuldade de entender, principalmente o assunto do solo criado. Claro que eu entendo do assunto, mas não para contribuir com relação à Audiência em si. Por que eu pedi esta Audiência? Primeiro, porque por melhor que seja o projeto, ele é de grande repercussão, e a sociedade tem que ter conhecimento, e os Vereadores só podem aprovar algo, por melhor que seja, sabendo o que está sendo votado. Eu continuo com dúvidas. E não quer dizer que tenhamos que fazer uma segunda Audiência para isso. Eu vou procurar, como estou procurando, com pessoas que realmente dominam esse assunto, entender esse processo, não só o projeto em si, mas o do solo criado de uma forma geral. Eu entendo que o solo criado estabelecido no Plano de 1999 e ampliado na revisão do Plano em 2010, da maneira que está colocado, é completamente insustentável, já que se fala tanto em cidade sustentável. Não é uma concepção sustentável, porque não há compensações; tu adensas sem compensar. Em síntese, é isso.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública 01AGO2012

Pauta: Debater o Projeto de Lei do Executivo que institui o Plano de Incentivo para as transferências de potencial do construtivo dos imóveis atingidos pelas obras viárias necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014.

Sou completamente favorável ao metrô. Estávamos ainda discutindo agora com o Dib, e eu acho, assim como o Dib, que os BRTs são ainda muito mais importantes do que o metrô, mas não é o caso. Que bom que, finalmente... Isso foi uma luta nossa, difícilíssima. Quando eu estava no Conselho do Orçamento Participativo, em 1995, já tentávamos colocar as ciclovias, e agora tudo tem ciclovia, e isso é muito bom. Então, ótimo. Não é essa a questão. Os BRTs, o metrô, as ciclovias, são fundamentais para a Cidade, porque isso, sim, é sustentabilidade. O transporte coletivo, ciclovias, e assim por diante. A questão está na maneira de se viabilizar, ou não, isso. E até que ponto, não sei, e vou ter que buscar mais informações para poder votar... E quero entender que o Projeto, realmente, seja benéfico no sentido amplo da palavra. Ainda estou com dúvida, Busatto, e vou continuar buscando informações para saber até que ponto esse incentivo à troca de índice vai adensar ainda mais a Cidade, ou não – eu não sei. O monitoramento de adensamento na Cidade, por exemplo, nunca – e não tem nada a ver aqui com o Gothe, ele não é culpado disso – funcionou direito, até por falta de estrutura da Secretaria do Planejamento. A Secretaria do Planejamento está defasada há muito tempo, não tem nada a ver com o atual Governo também. Então, não tem como fazer, por exemplo, o monitoramento de adensamento da Cidade, que é alegado, mas que não se faz como se deveria fazer. Não estou afirmando, estou colocando aqui na roda dúvidas que eu tenho, preocupações que eu tenho. E mais, é algo que eu pauto aqui nesta Casa desde 2001: projetos dessa envergadura não podem ser apresentados em Regime de Urgência, eles precisam passar pelas Comissões. Precisariam passar pelo CMDUA. Está expresso em Lei Complementar inclusive, para evitar, Secretário Busatto, o efeito surpresa. É isso. Mais uma vez, embora a Audiência, de uma certa forma amenize isso, nós temos que, de uma vez por todas, Presidente Mauro Zacher – e V. Exa. está, inclusive, trazendo a experiência de Montreal -, evitar o efeito surpresa nesta Cidade! Muitas vezes a sociedade é a última a saber; o vizinho, muitas vezes, é o último a saber de um empreendimento que vai ser feito ao seu lado! Isso é inadmissível, isso não é democrático. Perdoem-me, mas eu acredito na democracia, acredito na Governança Solidária, na Agenda 21 e na participação da sociedade no processo decisório. Eu acredito nisso! Desculpem-me, mas eu acredito nisso. E por mais que os técnicos estejam convencidos de algo, eles têm que entender que isso também tem que convencer a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública 01AGO2012

Pauta: Debater o Projeto de Lei do Executivo que institui o Plano de Incentivo para as transferências de potencial do construtivo dos imóveis atingidos pelas obras viárias necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014.

sociedade. É assim que tem que funcionar. A audiência é importante, mas ela também é problemática. Nós deveríamos ter uma reunião com pessoas que, realmente, entendem do assunto, para que nós pudéssemos fazer aqui um contraditório, para poder perguntar, para responder, e depois, no final, estarmos convencidos, ou não; apresentar emendas, ou não, ao Projeto; colaborar, ou não, com o Projeto. Não sei. Então, por isso, Presidente, a solicitação de Audiência, por isso o pedido de vista. Sou Vereador da situação, fiz isso também como Vereador de oposição, porque eu quero me convencer, até para poder colaborar. Não vou votar em algo sobre que tenho dúvidas, muitas dúvidas.

O fim a que se propõe o Projeto é perfeito – BRTs, metrô, etc. –, mas, sobre o meio que se está usando, ainda estou com dúvidas. E mais, embora não seja o tema, estamos lidando, sim, com um assunto que dialoga com o Plano Diretor; óbvio, ele é ligado ao Plano Diretor. Nós temos um problema muito sério em Porto Alegre que tem que ser, de uma certa forma – e vai ser difícil, não conseguimos fazer isso nem na revisão do Plano... Onde temos – sei que isso é óbvio, mas é importante também falar do óbvio – linhas de ônibus, no caso, BRTs, metrô, onde estão as grandes avenidas, é aí que temos que estimular o adensamento das pessoas e aliviar esse adensamento dentro do bairro. Em Porto Alegre é o contrário: os prédios mais altos, cada vez mais, são construídos no miolo do bairro, longe das avenidas. Isso não é sustentável, isso não é concepção de uma cidade moderna. Isso não tem nada a ver – volto a dizer – com o atual Governo; esse é um problema da Cidade a partir de 1999. Ou não é verdade? Na Av. Ipiranga, na Av. Bento Gonçalves, na Av. Protásio Alves, em todas as nossas avenidas estão os prédios mais baixos; os prédios altos estão lá dentro do bairro, longe das avenidas!

O pedido de Audiência é com relação a isto, para que também a sociedade possa saber da apreciação de um Projeto dessa envergadura, dessa importância. E nós temos que viabilizar esses empreendimentos, sim, independentemente de Copa, pois eles são imprescindíveis para a Cidade, mas continuo, sim, com dúvidas se o meio para fazê-los, o bônus do solo criado, seria realmente o meio mais eficaz. Continuo achando que não. Fica a dúvida, por isso o pedido de Audiência. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Ver. Beto Moesch.

Consulto mais uma vez o Ver. João Antonio Dib, que abriu mão da fala. (Pausa.) Consulto o Ver. Todeschini, que está chegando agora à Audiência Pública. (Pausa.) Não há mais inscrições por parte da comunidade, não há mais inscrições por parte dos Vereadores, e o Vereador que solicitou a palavra já se manifestou.

O Sr. Roberto Bertoncini, Secretário Municipal da Fazenda, está com a palavra.

O SR. ROBERTO BERTONCINI: Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de dizer que nós nos submetemos ao Regimento da Câmara no que se refere à estrutura da Audiência Pública. Estamos aqui cumprindo uma obrigação constitucional nossa, de atender às determinações desta Casa no que se refere às suas competências constitucionais de fiscalização do Poder Executivo. O nosso Governo tem uma marca, que ninguém tira, que é a marca da transparência, a marca da abertura para o diálogo, para o esclarecimento que se fizer necessário sobre qualquer matéria, sobre qualquer assunto. Quando da concepção deste Projeto de Lei, o que exigiu uma maturação grande dentro do próprio Executivo, nós tínhamos como meta utilizar um instrumento de planejamento urbano moderno, atual, que já foi testado na Cidade, que foi aprovado, como eu havia me referido na minha apresentação, por meio das realizações que houve na 3ª Perimetral, um instrumento que está previsto no Estatuto da Cidade, está previsto em toda a legislação. O nosso Projeto de Lei não mexe no Plano Diretor. No que se refere ao adensamento, ele atende aos limites estabelecidos no Plano Diretor. Esse adensamento vai ser monitorado pela SPM. Como nós dissemos, não vai haver a possibilidade de utilização de índices em áreas saturadas. No que se refere à sua finalidade financeira, a nossa preocupação diz respeito tanto ao presente quanto ao futuro da saúde e do equilíbrio financeiro do Município no presente, porque, nós, ao utilizarmos um instrumento da transferência do potencial construtivo para fazermos as desapropriações, deixamos de utilizar recursos do caixa, que podem ser utilizados para outras despesas, como saúde, educação, lazer, para utilizar a aquisição dessas áreas por meio de índice.

Então, deixamos de fazer desenhos financeiros e podemos utilizar esses recursos em outras áreas. Sabemos que a Cidade tem carências em algumas áreas. O saneamento é uma das áreas em que o Município mais tem investido. Com relação à habitação popular, nós temos feito investimentos vultosos.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública 01AGO2012

Pauta: Debater o Projeto de Lei do Executivo que institui o Plano de Incentivo para as transferências de potencial do construtivo dos imóveis atingidos pelas obras viárias necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014.

O nosso gasto com Saúde, Vereador, que por obrigação Constitucional devemos investir 15% de nossas receitas próprias e transferências, investimos hoje 21%. Então, estamos muito além da nossa obrigação constitucional; suprimos carências na área da Saúde, que não são carências do Município; tiramos recursos do Município para suprir carências que não são nossas. Isso só vai continuar sendo possível se pudermos utilizar instrumentos como esses que nós apresentamos hoje para que a gente não faça o desencaixe na aquisição das áreas necessárias às obras.

Além disso, como eu havia dito na apresentação, a desapropriação, por meio de índices, é extremamente eficaz no que se refere à negociação administrativa, rápida, resolve rapidamente as discussões que há com os particulares e libera canteiro de obras para que a gente possa fazer essas obras rapidamente.

Quanto ao futuro, como eu havia dito, as nossas obras são financiadas com recursos do Governo Federal, por meio da Caixa Econômica Federal, que é uma grande parceira nossa, ela tem sido aqui uma parceira inestimável para nós e tem dado todo o apoio ao Município nesse processo de modernização da mobilidade urbana. Temos que pagar isso para a Caixa, então nós vamos ter que devolver esse dinheiro para o Governo Federal, pagar a Caixa. Eu brinco com o Danilo, e ele me diz: “Tu és o meu maior parceiro”, e eu digo a ele: “Tu és o meu maior credor”. Então, a Caixa, hoje, é o maior credor do Município, por conta de todos esses contratos que nós celebramos com eles para financiamento das obras.

Também é importante, porque todos nós sabemos que o Município, que mantém a sua saúde financeira, pode gastar 21% do seu Orçamento em Saúde, pode gastar mais de 25% do seu Orçamento em Educação, pode contratar operações de crédito para limpar o Guaíba, e nós chegarmos aí ao tratamento de esgoto na casa de 80% do esgoto coletado. Então, é um cuidado que nós temos para que não haja comprometimento futuro da saúde financeira do Município, de tal forma que as gerações futuras e os Governos futuros não tenham dificuldade na administração da Cidade. No que se refere ao conjunto de obras, efetivamente são obras que vêm melhorar em muito a qualidade de vida do cidadão de Porto Alegre, do usuário, dos equipamentos de Porto Alegre, dos nossos moradores, dos nossos visitantes. Vamos ter uma orla aliada ao Projeto de Reurbanização, uma orla com ciclovia, com passeio público, com ajardinamento. Vamos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública 01AGO2012

Pauta: Debater o Projeto de Lei do Executivo que institui o Plano de Incentivo para as transferências de potencial do construtivo dos imóveis atingidos pelas obras viárias necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014.

ter na Tronco uma via de escoamento da Zona Sul, liberando ou fugindo daquele estrangulamento que há, hoje, com uma entrada praticamente exclusiva para a Zona Sul, pelas avenidas Edvaldo Pereira Paiva e Padre Cacique, que afunila lá perto da Fundação Iberê Camargo e que tem como saída basicamente a Av. Pinheiro Borda. Com a Tronco, nós vamos ter essa possibilidade de ligar a Zona Sul com outras regiões da Cidade, desafogando esse eixo junto à orla do Guaíba. Vamos ter um sistema de transporte coletivo, em que pessoas, hoje, não utilizam o transporte coletivo vão se sentir confortáveis para passar a utilizar esse sistema. Vamos ter economia de combustível, velocidade no deslocamento, monitoramento deste sistema por meio de câmeras, de tal forma que os veículos que transitam no corredor de ônibus não fiquem a toda hora parando, arranca, freia, para, arranca – as viagens vão ser mais curtas. Nós vamos ter estações em que a cobrança da passagem vai ser feita dentro da estação, isso traz segurança para o motorista, traz modernidade; nós não vamos ter aqueles problemas corriqueiros de violência em ônibus. Então, este nosso Projeto é um Projeto que atende tanto no que se refere à necessidade de recurso financeiro do Município quanto à execução das próprias obras que, sem dúvida, vão trazer ganhos inestimáveis para a Cidade e ficarão como legado para as gerações futuras. Nós temos o caso da Tronco, que é uma obra prevista, se eu não estou enganado, há mais de 40 anos e que, agora, está podendo ser viabilizada. Que a obra viária é parte importante, é, mas nós vamos poder realocar mais de 1.300, 1.400 famílias, dando um lar digno, dando endereço, dando condições de habitabilidade para essa população. Então, eu queria dizer da minha confiança na Casa na aprovação deste Projeto de Lei, porque tenho certeza de que a Casa conhece a importância do Projeto para a Cidade. Esse não é um Projeto para o Governo, é um Projeto para a Cidade. Por isso, Ver. Mauro, Presidente desta Casa, eu tenho toda essa confiança no senhor, nos seus Pares, no sucesso deste Projeto de Lei. Muito obrigado pela oportunidade. Nós ficamos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Secretário Roberto Bertoncini. Queria também agradecer a presença do Secretário Cezar Busatto, do Secretário Ricardo Gothe, da Arquiteta Maria Alice Michelutti, dos Vereadores Engenheiro Comassetto, João Antonio

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública 01AGO2012

Pauta: Debater o Projeto de Lei do Executivo que institui o Plano de Incentivo para as transferências de potencial do construtivo dos imóveis atingidos pelas obras viárias necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014.

Dib, Sofia Cavedon, Carlos Todeschini, Nelcir Tessaro, Beto Moesch – proponente desta Audiência Pública. Em especial, agradeço a presença do Sr. Arno, do Sr. Roberto Jakubaszko e do Sr. Eduino de Mattos, Conselheiros do Plano Diretor, bem como dos ativistas e parceiros aqui da Câmara Municipal em todos os debates em relação a nossa Cidade. Queria agradecer a presença das senhoras e dos senhores que estão presentes. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 20h22min.)